



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA

## TERMO DE REFERÊNCIA

### CAPÍTULO I

#### DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

#### 1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo determinar as condições que disciplinarão de acordo com o Estudo Técnico Preliminar e conforme condições, quantidades, exigências e estimativas contidas neste Termo de Referência o Registro de Preços para aquisição de baterias novas para a frota de veículos da Prefeitura Municipal de São Borja.

	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNI DAD E	QU ANT IDA DE MÍN IMA A SER COT ADA	QUANT IDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	BATERIA 5 A, PARA MOTOCICLETA HONDA NXR150 BROS ES, GARANTIA MÍNIMA DE 1(UM) ANO.	UNI DAD E	1	2	R\$ 143,54	R\$ 287,08
2	BATERIA 7AH, PARA YAMAHA LANDER XTZ 250. GARANTIA MÍNIMA DE 1(UM) ANO.	UNI DAD E	2	3	R\$ 123,80	R\$ 371,40
3	BATERIA AUTOMOTIVA, SELADA, 12V, 45AH, CCA MÍNIMO DE 350A, NÃO RECONDICIONADA E NÃO REMANUFATURADA, FABRICADA CONFORME NORMAS VIGENTES DA ABNT, REGULAMENTOS TÉCNICOS DO INMETRO E RESOLUÇÕES CONAMA. DEVERÁ CONSTAR NO CORPO DO PRODUTO, NO MÍNIMO SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE E NÚMERO DO REGISTRO JUNTO AO INMETRO, NOME DO FABRICANTE OU MARCA DO PRODUTO, A TENSÃO E A CAPACIDADE NOMINAL, ADVERTÊNCIAS SOBRE RISCOS À SAÚDE HUMANA E AO MEIO AMBIENTE E A NECESSIDADE DE APÓS O USO SER DEVOLVIDO AO REVENDEDOR OU ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA. GARANTIA DE 01 (UM) ANO.	UNI DAD E	14	27	R\$ 247,96	R\$ 6.694,92



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

4	BATERIA AUTOMOTIVA, SELADA, 12V, 50AH, CCA MÍNIMO DE 410A, NÃO RECONDICIONADA E NÃO REMANUFATURADA, FABRICADA CONFORME NORMAS VIGENTES DA ABNT, REGULAMENTOS TÉCNICOS DO INMETRO E RESOLUÇÕES CONAMA. DEVERÁ CONSTAR NO CORPO DO PRODUTO, NO MÍNIMO SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE E NÚMERO DO REGISTRO JUNTO AO INMETRO, NOME DO FABRICANTE OU MARCA DO PRODUTO, A TENSÃO E A CAPACIDADE NOMINAL, ADVERTÊNCIAS SOBRE RISCOS À SAÚDE HUMANA E AO MEIO AMBIENTE E A NECESSIDADE DE APÓS O USO SER DEVOLVIDO AO REVENDEDOR OU ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA. GARANTIA DE 01 (UM) ANO.	UNIDADE	23	46	R\$ 351,52	R\$ 16.169,92
5	BATERIA AUTOMOTIVA, SELADA, 12V, 60AH, CCA MÍNIMO DE 480A, NÃO RECONDICIONADA E NÃO REMANUFATURADA, FABRICADA CONFORME NORMAS VIGENTES DA ABNT, REGULAMENTOS TÉCNICOS DO INMETRO E RESOLUÇÕES CONAMA. DEVERÁ CONSTAR NO CORPO DO PRODUTO, NO MÍNIMO SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE E NÚMERO DO REGISTRO JUNTO AO INMETRO, NOME DO FABRICANTE OU MARCA DO PRODUTO, A TENSÃO E A CAPACIDADE NOMINAL, ADVERTÊNCIAS SOBRE RISCOS À SAÚDE HUMANA E AO MEIO AMBIENTE E A NECESSIDADE DE APÓS O USO SER DEVOLVIDO AO REVENDEDOR OU ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA. GARANTIA DE 01 (UM) ANO.	UNIDADE	42	83	R\$ 392,04	R\$ 32.539,32
6	BATERIA AUTOMOTIVA, SELADA, 12V, 70AH, CCA MÍNIMO DE 620A, NÃO RECONDICIONADA E NÃO REMANUFATURADA, FABRICADA CONFORME NORMAS VIGENTES DA ABNT, REGULAMENTOS TÉCNICOS DO INMETRO E RESOLUÇÕES CONAMA. DEVERÁ CONSTAR NO CORPO DO PRODUTO, NO MÍNIMO SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE E NÚMERO DO REGISTRO JUNTO AO INMETRO, NOME DO FABRICANTE OU MARCA DO PRODUTO, A TENSÃO E A CAPACIDADE NOMINAL, ADVERTÊNCIAS SOBRE RISCOS À SAÚDE HUMANA E AO MEIO AMBIENTE E A NECESSIDADE DE APÓS O USO SER DEVOLVIDO AO REVENDEDOR OU	UNIDADE	31	61	R\$ 476,14	R\$ 29.044,54



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

	ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA. GARANTIA DE 01 (UM) ANO.					
7	BATERIA AUTOMOTIVA, SELADA, 12V, 75AH, CCA MÍNIMO DE 640A, NÃO RECONDICIONADA E NÃO REMANUFATURADA, FABRICADA CONFORME NORMAS VIGENTES DA ABNT, REGULAMENTOS TÉCNICOS DO INMETRO E RESOLUÇÕES CONAMA. DEVERÁ CONSTAR NO CORPO DO PRODUTO, NO MÍNIMO SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE E NÚMERO DO REGISTRO JUNTO AO INMETRO, NOME DO FABRICANTE OU MARCA DO PRODUTO, A TENSÃO E A CAPACIDADE NOMINAL, ADVERTÊNCIAS SOBRE RISCOS À SAÚDE HUMANA E AO MEIO AMBIENTE E A NECESSIDADE DE APÓS O USO SER DEVOLVIDO AO REVENDEDOR OU ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA. GARANTIA DE 01 (UM) ANO.	UNI DAD E	6	12	R\$ 526,65	R\$ 6.319,80
8	BATERIA AUTOMOTIVA, SELADA, 12V, 80AH, CCA MÍNIMO DE 600A, NÃO RECONDICIONADA E NÃO REMANUFATURADA, FABRICADA CONFORME NORMAS VIGENTES DA ABNT, REGULAMENTOS TÉCNICOS DO INMETRO E RESOLUÇÕES CONAMA. DEVERÁ CONSTAR NO CORPO DO PRODUTO, NO MÍNIMO SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE E NÚMERO DO REGISTRO JUNTO AO INMETRO, NOME DO FABRICANTE OU MARCA DO PRODUTO, A TENSÃO E A CAPACIDADE NOMINAL, ADVERTÊNCIAS SOBRE RISCOS À SAÚDE HUMANA E AO MEIO AMBIENTE E A NECESSIDADE DE APÓS O USO SER DEVOLVIDO AO REVENDEDOR OU ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA. GARANTIA DE 01 (UM) ANO.	UNI DAD E	3	5	R\$ 538,66	R\$ 2.693,30
9	BATERIA AUTOMOTIVA, SELADA, 12V, 90AH, CCA MÍNIMO DE 900A, NÃO RECONDICIONADA E NÃO REMANUFATURADA, FABRICADA CONFORME NORMAS VIGENTES DA ABNT, REGULAMENTOS TÉCNICOS DO INMETRO E RESOLUÇÕES CONAMA. DEVERÁ CONSTAR NO CORPO DO PRODUTO, NO MÍNIMO SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE E NÚMERO DO REGISTRO JUNTO AO INMETRO, NOME DO FABRICANTE OU MARCA DO PRODUTO, A TENSÃO E A CAPACIDADE NOMINAL, ADVERTÊNCIAS SOBRE RISCOS À SAÚDE	UNI DAD E	8	15	R\$ 594,40	R\$ 8.916,00



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

	HUMANA E AO MEIO AMBIENTE E A NECESSIDADE DE APÓS O USO SER DEVOLVIDO AO REVENDEDOR OU ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA. GARANTIA DE 01 (UM) ANO.					
10	AUTOMOTIVA, SELADA, 12V, 100AH, CCA MÍNIMO DE 950A, NÃO RECONDICIONADA E NÃO REMANUFATURADA, FABRICADA CONFORME NORMAS VIGENTES DA ABNT, REGULAMENTOS TÉCNICOS DO INMETRO E RESOLUÇÕES CONAMA. DEVERÁ CONSTAR NO CORPO DO PRODUTO, NO MÍNIMO SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE E NÚMERO DO REGISTRO JUNTO AO INMETRO, NOME DO FABRICANTE OU MARCA DO PRODUTO, A TENSÃO E A CAPACIDADE NOMINAL, ADVERTÊNCIAS SOBRE RISCOS À SAÚDE HUMANA E AO MEIO AMBIENTE E A NECESSIDADE DE APÓS O USO SER DEVOLVIDO AO REVENDEDOR OU ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA. GARANTIA DE 01 (UM) ANO.	UNIDADE	27	53	R\$ 680,80	R\$ 36.082,40
11	BATERIA AUTOMOTIVA, SELADA, 12V, 150AH, CCA MÍNIMO DE 900A, NÃO RECONDICIONADA E NÃO REMANUFATURADA, FABRICADA CONFORME NORMAS VIGENTES DA ABNT, REGULAMENTOS TÉCNICOS DO INMETRO E RESOLUÇÕES CONAMA. DEVERÁ CONSTAR NO CORPO DO PRODUTO, NO MÍNIMO SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE E NÚMERO DO REGISTRO JUNTO AO INMETRO, NOME DO FABRICANTE OU MARCA DO PRODUTO, A TENSÃO E A CAPACIDADE NOMINAL, ADVERTÊNCIAS SOBRE RISCOS À SAÚDE HUMANA E AO MEIO AMBIENTE E A NECESSIDADE DE APÓS O USO SER DEVOLVIDO AO REVENDEDOR OU ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA. GARANTIA DE 01 (UM) ANO.	UNIDADE	22	43	R\$ 732,25	R\$ 31.486,75
12	BATERIA AUTOMOTIVA, SELADA, 12V, 170AH, CCA MÍNIMO DE 950A, NÃO RECONDICIONADA E NÃO REMANUFATURADA, FABRICADA CONFORME NORMAS VIGENTES DA ABNT, REGULAMENTOS TÉCNICOS DO INMETRO E RESOLUÇÕES CONAMA. DEVERÁ CONSTAR NO CORPO DO PRODUTO, NO MÍNIMO SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE E NÚMERO DO REGISTRO JUNTO AO INMETRO, NOME DO FABRICANTE OU MARCA DO PRODUTO, A	UNIDADE	15	30	R\$ 964,33	R\$ 28.929,90



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

	TENSÃO E A CAPACIDAUTOMOTIVA, SELADA, 12V, 170AH, CCA MÍNIMO DE 950A, NÃO RECONDICIONADA E NÃO REMANUFATURADA, FABRICADA CONFORME NORMAS VIGENTES DA ABNT, REGULAMENTOS TÉCNICOS DO INMETRO E RESOLUÇÕES CONAMA. DEVERÁ CONSTAR NO CORPO DO PRODUTO, NO MÍNIMO SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE E NÚMERO DO REGISTRO JUNTO AO INMETRO, NOME DO FABRICANTE OU MARCA DO PRODUTO, A TENSÃO E A CAPACIDADE NOMINAL, ADVERTÊNCIAS SOBRE RISCOS À SAÚDE HUMANA E AO MEIO AMBIENTE E A NECESSIDADE DE APÓS O USO SER DEVOLVIDO AO REVENDEDOR OU ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA. GARANTIA DE 01 (UM) ANO.					
13	BATERIA AUTOMOTIVA, SELADA, 12V, 180AH, CCA MÍNIMO DE 1000A, NÃO RECONDICIONADA E NÃO REMANUFATURADA, FABRICADA CONFORME NORMAS VIGENTES DA ABNT, REGULAMENTOS TÉCNICOS DO INMETRO E RESOLUÇÕES CONAMA. DEVERÁ CONSTAR NO CORPO DO PRODUTO, NO MÍNIMO SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE E NÚMERO DO REGISTRO JUNTO AO INMETRO, NOME DO FABRICANTE OU MARCA DO PRODUTO, A TENSÃO E A CAPACIDADE NOMINAL, ADVERTÊNCIAS SOBRE RISCOS À SAÚDE HUMANA E AO MEIO AMBIENTE E A NECESSIDADE DE APÓS O USO SER DEVOLVIDO AO REVENDEDOR OU ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA. GARANTIA DE 01 (UM) ANO.	UNIDADE	57	114	R\$ 1.156,70	R\$ 131.863,80
14	BATERIA ESTACIONÁRIA, SELADA, 12V, 165AH, CCA MÍNIMO DE 900A, NÃO RECONDICIONADA E NÃO REMANUFATURADA, FABRICADA CONFORME NORMAS VIGENTES DA ABNT, REGULAMENTOS TÉCNICOS DO INMETRO E RESOLUÇÕES CONAMA. DEVERÁ CONSTAR NO CORPO DO PRODUTO, NO MÍNIMO SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE E NÚMERO DO REGISTRO JUNTO AO INMETRO, NOME DO FABRICANTE OU MARCA DO PRODUTO, A TENSÃO E A CAPACIDADE NOMINAL, ADVERTÊNCIAS SOBRE RISCOS À SAÚDE HUMANA E AO MEIO AMBIENTE E A NECESSIDADE DE APÓS O USO SER DEVOLVIDO AO REVENDEDOR OU ASSISTÊNCIA TÉCNICA	UNIDADE	5	10	R\$ 939,87	R\$ 9.398,70



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

	AUTORIZADA. GARANTIA DE 01 (UM) ANO.					
15	BATERIA AUTOMOTIVA, SELADA, 100AH, CAIXA BAIXA. NÃO RECONDICIONADA E NÃO REMANUFATURADA, FABRICADA CONFORME NORMAS VIGENTES DA ABNT, REGULAMENTOS TÉCNICOS DO INMETRO E RESOLUÇÕES CONAMA. DEVERÁ CONSTAR NO CORPO DO PRODUTO, NO MÍNIMO SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE E NÚMERO DO REGISTRO JUNTO AO INMETRO, NOME DO FABRICANTE OU MARCA DO PRODUTO, A TENSÃO E A CAPACIDADE NOMINAL, ADVERTÊNCIAS SOBRE RISCOS À SAÚDE HUMANA E AO MEIO AMBIENTE E A NECESSIDADE DE APÓS O USO SER DEVOLVIDO AO REVENDEDOR OU ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA. GARANTIA DE 01 (UM) ANO.	UNIDADE	2	3	R\$ 689,70	R\$ 2.069,10
16	BATERIA AUTOMOTIVA, SELADA, 52AH, COM DIMENSÕES DE APROXIMADAMENTE 24CM DE COMPRIMENTO, 13CM DE LARGURA E 20CM DE ALTURA. NÃO RECONDICIONADA E NÃO REMANUFATURADA, FABRICADA CONFORME NORMAS VIGENTES DA ABNT, REGULAMENTOS TÉCNICOS DO INMETRO E RESOLUÇÕES CONAMA. DEVERÁ CONSTAR NO CORPO DO PRODUTO, NO MÍNIMO SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE E NÚMERO DO REGISTRO JUNTO AO INMETRO, NOME DO FABRICANTE OU MARCA DO PRODUTO, A TENSÃO E A CAPACIDADE NOMINAL, ADVERTÊNCIAS SOBRE RISCOS À SAÚDE HUMANA E AO MEIO AMBIENTE E A NECESSIDADE DE APÓS O USO SER DEVOLVIDO AO REVENDEDOR OU ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA. GARANTIA DE 01 (UM) ANO.	UNIDADE	1	1	R\$ 345,58	R\$ 345,58
17	BATERIA AUTOMOTIVA, SELADA, 95 AH, NÃO RECONDICIONADA E NÃO REMANUFATURADA, FABRICADA CONFORME NORMAS VIGENTES DA ABNT, REGULAMENTOS TÉCNICOS DO INMETRO E RESOLUÇÕES CONAMA. DEVERÁ CONSTAR NO CORPO DO PRODUTO, NO MÍNIMO SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE E NÚMERO DO REGISTRO JUNTO AO INMETRO, NOME DO FABRICANTE OU MARCA DO PRODUTO, A TENSÃO E A CAPACIDADE NOMINAL, ADVERTÊNCIAS SOBRE RISCOS À SAÚDE	UNIDADE	5	10	R\$ 707,32	R\$ 7.073,20



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

	HUMANA E AO MEIO AMBIENTE E A NECESSIDADE DE APÓS O USO SER DEVOLVIDO AO REVENDEDOR OU ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA. GARANTIA DE 01 (UM) ANO.					
18	BATERIA AUTOMOTIVA, SELADA, 130AH, NÃO RECONDICIONADA E NÃO REMANUFATURADA, FABRICADA CONFORME NORMAS VIGENTES DA ABNT, REGULAMENTOS TÉCNICOS DO INMETRO E RESOLUÇÕES CONAMA. DEVERÁ CONSTAR NO CORPO DO PRODUTO, NO MÍNIMO SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE E NÚMERO DO REGISTRO JUNTO AO INMETRO, NOME DO FABRICANTE OU MARCA DO PRODUTO, A TENSÃO E A CAPACIDADE NOMINAL, ADVERTÊNCIAS SOBRE RISCOS À SAÚDE HUMANA E AO MEIO AMBIENTE E A NECESSIDADE DE APÓS O USO SER DEVOLVIDO AO REVENDEDOR OU ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA. GARANTIA DE 01 (UM) ANO.	UNIDAD E	2	4	R\$ 2.185,75	R\$ 8.743,00

1.2 O valor estimado total é de R\$ 359.028,61 (trezentos e cinquenta e nove mil, vinte e oito reais e sessenta e um centavos).

1.3 A pesquisa de preços, realizada de acordo com o Decreto Municipal nº 20.108, de 28 de agosto de 2023, encontra-se em anexo ao processo.

## **2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência do Registro de Preços é de até 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período na forma dos art. 84 Lei Nº 14.133/2021.

## **3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/ SERVIÇOS**

3.1. Os bens a serem adquiridos ou serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de:

- ( X ) bens comuns (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- ( ) bens especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)
- ( ) serviços comum (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- ( ) serviços especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo

**CAPÍTULO II**  
**DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**  
**E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

O objeto do presente termo de referência é a aquisição de baterias novas com vistas da necessidade de se efetuar a troca nas viaturas da frota municipal, devido ao desgaste natural decorrente de seu uso e tempo de vida útil, fazendo-se necessária a aquisição de baterias novas.

A contratação faz-se necessária, para garantir as condições para uma boa conservação das viaturas da frota do município, para que os mesmos encontrem-se aptos a trafegarem e, executarem com excelência os referidos serviços à comunidade local.

**5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

5.1 A aquisição dos materiais objeto do presente Termo de Referência se constitui em objeto de frequente aquisição por órgãos públicos, em todas as suas esferas. Sendo assim, verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos materiais a serem adquiridos.

5.2 Por se tratar de itens comuns, diversas opções são facilmente encontradas no mercado, o que abre uma ampla concorrência para possíveis fornecedores, proporcionado maior competitividade para fornecimento dos itens e consequentemente melhores preços para a Administração.

**6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

6.1 A empresa deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão entregues.





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

6.2 A empresa deverá prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados, relacionados aos itens fornecidos.

6.3 A empresa deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto demandado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

6.4 A empresa deverá proporcionar a entrega dos materiais para atender as secretarias conforme condições e quantidades constantes em ordem de compra emitida por cada secretaria requisitante.

6.5 A empresa deverá repetir procedimentos às suas próprias custas para correção de falhas verificadas, inclusive os custos no que tange ao transporte na hipótese de entrega do objeto em desacordo com as condições pactuadas.

6.6 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações exigidas.

6.7 As embalagens dos produtos devem estar em perfeitas condições, intactas e sem perfurações.

6.8 Todas as baterias bem como os procedimentos relacionados ao seu fornecimento deverão estar de acordo com a legislação vigente e demais dispositivos legais.

<p><b>CAPÍTULO III</b></p> <p><b>DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO</b></p>
--

<p><b>7. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS</b></p>
---

7.1. Fornecimento direto de baterias novas com vistas da necessidade de se efetuar a troca nas viaturas da frota municipal, devido ao desgaste natural decorrente de seu uso e tempo de vida útil, afim de possibilitar, junto a outras manutenções que se fazem necessárias, um serviço de qualidade no que diz respeito ao transporte de alunos, das redes municipal e estadual de ensino, transporte de pacientes e servidores do município.

<p><b>8. DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO</b></p>
--



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

### **8.1. PRAZO**

Prazo de entrega de até 20 dias, a contar do 1º dia útil posterior a data da confirmação do recebimento, pela ADJUDICATÁRIA, da nota de empenho ou ordem de compra que será enviada por e-mail ou outro meio de contato que tenha sido previamente disponibilizado pela ADJUDICATÁRIA.

### **8.2. LOCAL E HORÁRIO**

Os materiais deverão ser entregues no Departamento de Material, Patrimônio e Documentos, Rua João José de Oliveira Freitas, nº 479, Vila Cabeleira, São Borja/RS, CEP: 97670-000 no horário das 7h às 13h e das 14h às 16h, em dias úteis. Telefone (55) 3431-1105, e-mail [dmpd@saoborja.rs.gov.br](mailto:dmpd@saoborja.rs.gov.br).

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

### **9.1. São obrigações da Contratante:**

- a)** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- b)** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes na TR e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c)** comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d)** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e)** efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- f)** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

**10.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a)** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- b)** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c)** comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d)** manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **11. GARANTIA (E/OU VALIDADE)**

( X ) O prazo de garantia do objeto, contra defeitos de fabricação e validade do produto deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo.

## **CAPÍTULO IV DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

### **12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

**12.1.** Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

**12.2.** O fiscal do contrato anotarará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

**12.3.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

**12.4.** O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

**12.5.** O responsável pela fiscalização do contrato será o servidor Fernando Mendes Schneider, Engenheiro Mecânico, e seu substituto será o servidor Daniel Scalão, Diretor.

### **13. DOS PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES**

**13.1.** O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas ao fornecimento do objeto contratado, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

## **CAPÍTULO V DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **14. DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO**

**14.1.** O objeto contratado será recebido provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

**14.2.** A entrega poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

**14.3.** O recebimento definitivo ocorrerá de forma tácita 10 dias para bens ou 10 dias corridos para serviços, após o recebimento provisório, após a verificação da qualidade e consequente aceitação.

### **15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

15.1.O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 15.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 15.2, de 1% (um por cento) do valor do contrato por dia de atraso, aplicada por deixar de executar o objeto contratado sem motivo justificado e aceito pela fiscalização, limitado a 10 dias consecutivos, configurando inexecução parcial do contrato.

15.2.4.1. De 15% (quinze por cento) do valor do contrato, aplicado por deixar de executar o objeto contratado sem motivo justificado e aceito pela fiscalização, por período superior a 10 dias consecutivos. Fica a critério da Administração a não aceitação do objeto, de forma a configurar inexecução total do contrato, sem prejuízo as demais sanções e penalidades cabíveis.

15.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 15.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de São Borja, pelo prazo de 3 (três) anos.

15.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 15.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 15.2.5, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 15.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do Prefeito.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

15.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 15.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

15.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 15.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 15.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 15.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

## **16. DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO**

**16.1** O pagamento será efetuado mediante empenho, após o recebimento do objeto e apresentação da nota fiscal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

## **CAPÍTULO VI**

### **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

#### **17. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**17.1** A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, da Lei Federal nº 14.133/2021;

**17.2** Será selecionado o fornecedor que atender a todos os critérios de aceitabilidade de preços e de habilitação exigidos neste Termo de Referência, com a indicação do critério de julgamento por menor preço;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

**18. CRITÉRIOS DE APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA**

**18.1.** A proposta de preço deverá conter as seguintes indicações:

- a)** identificação do proponente (Razão Social/Nome e CNPJ/CPF).
- b)** a proposta financeira deverá ser formulada, contendo preço unitário por item, total por item e total geral, onde deverão estar incluídos, contabilizados e previstos todos os custos inerentes a execução do objeto, indicando, no que for aplicável, a marca, o modelo, prazo de validade ou de garantia; número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- c)** prazo de validade da proposta que deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.
- d)** apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Termo de Referência.
- e)** assinatura do responsável legal da empresa.

**18.2 AMOSTRA**

( ☒ ) Não                      ( ☐ ) Sim

**18.3 DOCUMENTO OFICIAL DO FABRICANTE**

( ☒ ) Não                      ( ☐ ) Sim

**19. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA**

Para fins de habilitação neste processo licitatório, a licitante deverá enviar os seguintes documentos, observando o procedimento disposto.

Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/2002;

Documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a)** registro comercial completo (inscrição e suas alterações), no caso de empresa individual;
- b)** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;
- c) prova de Regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);
- d) prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- e) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- f) certificado de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS;
- g) prova de Inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Documentação relativa à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para a apresentação do documento;

**19.1 ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA**

( ) Sim (X) Não

**19.2 VISTORIA**

( X ) Não                      ( ) Sim                      ( ) Opcional                      ( ) Obrigatória.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

### **19.3 LEGISLAÇÃO TÉCNICA APLICÁVEL**

Deverão ser observadas as seguintes práticas de sustentabilidade na execução do objeto quando couber: Só será admitida a oferta de baterias cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012. Não são permitidas formas inadequadas de destinação final de baterias usadas, tais como:

- a) lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;
- b) queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;
- c) lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

Os estabelecimentos que comercializam e baterias e a rede de assistência técnica autorizada pelos respectivos fabricantes e importadores devem receber dos usuários os produtos usados, respeitando o mesmo princípio ativo, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 03, de 30/03/2010. Para tanto, devem manter pontos de recolhimento adequados.

A contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das baterias descartadas, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata.

### **19.4 TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MEs E EPPs**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

O item 13 será reservada cota de até 25% para microempresas e empresas de pequeno porte.

Os demais itens a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

### **19.5 JUSTIFICATIVA DAS VEDAÇÕES**

A vedação quanto a participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade.

A participação de consórcio é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso do objeto sob exame.

### **20. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

20.1 O valor estimado total é de **R\$ 359.028,61 (trezentos e cinquenta e nove mil, vinte e oito reais e sessenta e um centavos).**

### **21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Não se aplica.

São Borja/RS, 08/07/2024.

Anderson Silva Knapp  
Agente Adm. Auxiliar - Dep. de Compras

Caroline Cogo Contreira  
Secretária de Planejamento



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

**( ) Defiro**

**( ) Indefiro**

---

**Prefeito de São Borja/RS**